

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

ENVIRONMENTAL EDUCATION AS PRACTICE IN THE INITIAL YEARS OF FUNDAMENTAL EDUCATION

Yanne Rafaela Lopes de Oliveira⁷⁵

Gilson Xavier de Azevedo⁷⁶

RESUMO: O objetivo deste artigo é abordar a questão da educação ambiental como prática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Sabe-se que não só a educação ambiental, mas a consciência planetária e a ecopedagogia, são discussões e áreas que vem crescendo significativamente nos últimos anos e que sua expansão por meio de estudos e práticas são essenciais para a efetivação de uma consciência ampla e estrutural da necessidade de conservação de nosso planeta e da sustentabilidade de nossas cidades. O problema proposto é verificar se os autores pesquisados apontam para tal necessidade. Trabalha-se com a hipótese de que a educação ambiental seria uma realidade em expansão, o que justifica ainda mais a relevância desse e de outros estudos sobre o tema. A metodologia adotada é a de uma pesquisa revisional e bibliográfica. Espera-se por resultados ampliar o debate sobre o tema no meio acadêmico.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ética Planetária. Ecopedagogia.

ABSTRACT: The objective of this article is to address the issue of environmental education as a practice in the early years of Elementary Education. It is known that not only environmental education, but planetary consciousness and ecopedagogy, are discussions and areas that have been growing significantly in recent years and that their expansion through studies and practices are essential for the realization of a broad and structural awareness the need for conservation of our planet and the sustainability of our cities. The proposed problem is to verify if the authors surveyed point to such a need. We work with the hypothesis that environmental education would be an expanding reality, which further justifies the relevance of this and other studies on the subject. The methodology adopted is that of a review and bibliographical research. Results are expected to broaden the debate on the subject in academy.

Key-works: Environmental education. Planetary Ethics. Ecopedagogy.

A educação é progressivamente estruturada de acordo com as necessidades humanas. Observa-se atualmente na televisão, jornais e mídia em geral, a constante abordagem sobre a educação ambiental, qual seja a respeito de assuntos pertinentes ao aquecimento global, desastres naturais, a poluição e a degradação ao meio ambiente. O assunto torna-se assim, aos poucos, mais frequente ao cotidiano, o que faz com que a consciência humana desperte para a importância de preservar o meio ambiente e posteriormente conscientizar-se sobre tal assunto.

⁷⁵ Graduada em Engenharia Civil, pós-graduanda em Docência e Inovação na Educação Básica pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) (yanne.rafa@gmail.com).

⁷⁶ (Orientador) Pós-doutor em Educação pela PUC-GO (2020) – e-mail: gilson.azevedo@ueg.br.



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

Na visão de Freire (1987), a conscientização é diretamente relacionada à maneira de agir no mundo, bem como, o desenvolvimento do pensamento crítico próprio acerca de temas e situações habituais, no qual, se adquire a responsabilidade sobre a concepção de realidade para a prevenção e resolução de problemas atuais e futuros. Mediante a este conceito, pode-se observar que a conscientização é de fundamental importância no processo educativo, em razão de que o indivíduo desenvolve o pensamento sobre o todo, redirecionando-se a auto reflexão conforme o meio em que se vive.

Ao considerar as afirmações apresentadas gradativamente no decorrer dos anos, pelas personalidades públicas dos grupos característicos de políticos, cientistas e autoridades, vê-se que as questões sobre a influência que a educação escolar possui no processo da formação de crianças, adolescentes e adultos, tem significativa relevância no desenvolvimento pessoal próprio. A consideração de que o ensino escolar não somente reflete no desenvolvimento pessoal, mas também para as funções cognitivas e habilidades para o mercado de trabalho, instiga crenças e atitudes ambientais na formação de cidadãos psicologicamente estruturados com o conceito de visão de mundo equilibrado, inter-relacionando a pessoa com a temática ambiental.

Considera-se que, o papel da escola quanto à educação ambiental é o de permear as diversas disciplinas escolares aplicadas, para a conscientização sobre a importância de preservar o meio ambiente. A escola é tida como a instituição de ensino que tem o objetivo de expor as trajetórias de educação lecionadas ao longo dos anos e seus principais conceitos, para a finalidade de instigar os estudantes ao pensamento reflexivo sobre o futuro das gerações que virão habitar neste meio, de modo a fomentar a cidadania para a construção de um mundo mais sustentável.

Segundo Layrargues (2004), a educação ambiental caracteriza uma habilidade especial que determina uma série de características que unidas, possibilita o reconhecimento da individualidade, e na presença de uma educação que até então, não era ambiental. Logo, a temática ambiental incorpora um assunto que até então, não era discutido no meio da educação formal, mas que atualmente é visto em questão ao abordar os temas que são diretamente relacionados às disciplinas curriculares tradicionais.

A partir desses pressupostos, ao refletir o tema da educação ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental, serão considerados a história da Educação Ambiental; a questão legal e as práticas eco-pedagógicas no campo da transdisciplinaridade.

1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A história da educação ambiental é diretamente relacionada às conferências e movimentos sociais mundiais. O primeiro ato para a conscientização para a educação ambiental ocorreu no ano 1968, em Roma, no lugar em que ocorreram reuniões entre vários cientistas para a discussão do consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e ainda, sobre o grande crescimento populacional mundial. A reunião tornou-se conhecida como o Clube de Roma e assim ocorreram mais debates sobre a problemática ambiental a nível planetário.

Posterior e conseqüentemente à reunião que ocorrera em Roma, no ano de 1972 aconteceu a primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia, que teve como tema principal a poluição industrial que sucedia de maneira desorientada e na época, foi de concepção para muitos países, inclusive para o Brasil, como o preço a se pagar pelo crescimento econômico no país. Em tal caso, nos anos seguintes foram adquiridos os resultados deste comportamento imprudente, com graves acidentes ecológicos que se deram, quais têm resquícios até os dias atuais.

A partir do despertar, que ocorreu nos anos de 1970, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) iniciou com a exibição de vários seminários sobre a educação ambiental por todos os continentes, e em um desses seminários, que ocorreu em Belgrado, na então Iugoslávia, no ano de 1975, foi publicado o documento que registrou os objetivos da educação ambiental, hoje nomeado de Carta de Belgrado.

A Carta de Belgrado desde a sua emissão, foi e continua a ser, um marco conceitual para a educação ambiental, Lima (1984) comenta que esse documento afirma textualmente que governantes podem até ordenar mudanças para o desenvolvimento econômico social, podem iniciar uma melhoria de convívio mundial, mas reforça que isso não terá um retorno em longo prazo a não ser que se conscientize a juventude mundial para um novo conceito de educação.

Em 1977, ocorre uma Conferência Intergovernamental localizada em Tblisi, antiga União Soviética, e atual Geórgia, com a finalidade de oportunizar o entendimento do valor da interdependência social, política, econômica e ecológica, além de possibilitar aos cidadãos a possibilidade de conscientização para adquirir hábitos de cuidado com o meio ambiente, afim de, influenciar, novas condutas individuais.

Vinte anos passados após a Conferência de Estocolmo, no ano de 1992 acontece no Brasil, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida atualmente como Rio-92 ou Eco-92. O que discerne esse evento



dos outros ocorridos é a intensa participação dos cidadãos de todo o mundo, e em função disso, o enfoque das conferências que foi pautado na relação do ser humano com a natureza, transitou e transformou-se no desenvolvimento econômico sustentável, incluindo o meio ambiente na agenda política planetária.



Como resultado dessa Conferência, foi sugerida que a cada país participante do evento, fosse realizado a elaboração da Agenda 21, que é um instrumento de planejamento interativo, com um volume composto por 40 capítulos e mais de 800 páginas, no qual se corrobora, de forma ativa, a responsabilidade dos governos em assumir um desenvolvimento econômico sustentável e conscientizador da sociedade, para a importância de preservação do meio ambiente. No Brasil, a Agenda 21 começou a ser implantada em 2003 e cerca de 40.000 pessoas contribuíram para a sua criação.



Associadamente a Rio-92 acontece o Fórum Global 92, organizado pelas entidades da Sociedade Civil, onde os presentes eram a comunidade de homens, mulheres, jovens, crianças e índios. Neste Fórum, foi aprovada a chamada Carta da Terra, que se trata de uma declaração de conceitos globais que direcionam os princípios básicos gerenciadores do comportamento da economia e do meio ambiente, por parte da nação e dos povos. O objetivo da Carta da Terra é promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população, propondo que o Estado reduza e elimine padrões insustentáveis de produção e de consumo.



Em 2002, na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, acontece a segunda Conferência de porte mundial organizada pela ONU denominada de Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10, que teve por objetivo fazer a avaliação dos processos das diretrizes elaboradas no Rio-92. A Conferência foi considerada um fracasso para alguns, devido à grande tensão internacional que se passava no momento, para outros, foi uma possibilidade de encontros, debates e planejamento de estratégias comuns. De qualquer forma, nesta reunião teve a apresentação de discursos, documentos e principalmente, cidadãos de diversas regiões do mundo, além de servir de base para a criação de inúmeras leis e acordos internacionais, conforme trato a seguir.



2 A ECOPELAGOGIA E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL



A ecopedagogia é um conceito em construção e seus objetivos baseiam-se em demonstrar uma nova maneira de educar, inserir valores sociais, econômicos e políticos, atividades e técnicas pedagógicas, com a finalidade de orientar positivamente para o meio ambiente. A ecopedagogia é definida por ser mais que um conceito de desenvolvimento

sustentável e um trabalho de promoção de aprendizagem, é, em linhas gerais, um movimento pedagógico tal como uma abordagem curricular.

Gadotti (2010), do Instituto Paulo Freire aborda o movimento pedagógico como um movimento social e político onde seu surgimento se dá diante da Sociedade Civil com a preocupação a degradação do meio ambiente de profissionais da área da educação, ecologia, empresários. A partir desse movimento, se viu a necessidade de uma ação integrada, onde a sociedade tem sua parcela de participação e responsabilidade no movimento em busca do desenvolvimento sustentável.

A ecopedagogia é mais que uma pedagogia escolar ao lado de outras pedagogias, afirma Gadotti (2010). Para ele, a ecopedagogia é a reorientação das disciplinas que irão incorporar esse assunto de uma forma global, não apenas trabalhando a preservação da natureza ou o impacto dos seres humanos sobre o meio ambiente, de forma isolada, mas sim, tratando desse assunto de maneira integral, associando as estruturas econômicas, sociais e culturais. Estabelecido dessa forma, a população se depara com uma nova pedagogia dos direitos, a que relaciona os direitos humanos com os direitos da Terra.

Segundo Gadotti (2010), a ecopedagogia incorpora e estuda a educação ambiental como ciência da educação, sugerindo a mudança de mentalidade a respeito da qualidade de vida e do comportamento diante da natureza, o que implica diretamente na transformação de ações e de valores do indivíduo. Neste contexto, a função da educação ambiental é a de influenciar o trabalho comunitário em prol do meio ambiente e da concepção de uma comunidade saudável.

A metodologia de ensino proposta corrobora para que o indivíduo se torne presente para a consciência e cidadania planetária, implicando a reorientação de visão do mundo, não no sentido de pertencimento a uma nação ou a um grupo étnico, o que enrijeceria o real significado da ecopedagogia, mas sim no sentido de pertencimento da Humanidade, visto que é minimizado os sentimentos das diferenças culturais, geográficas, raciais, religiosas, e outros, compreendendo uma comunidade que é local e global ao mesmo tempo, e promovendo a aprendizagem dos sentidos das coisas, a partir da vida cotidiana.

O movimento ecológico é complexo, pluralista e está longínquo de ser um movimento neutro. Adverso ao que é pressuposto, a luta ecológica não é elitista, apesar das autoridades políticas ter o controle nos discursos ecológicos, a sociedade civil faz com que o movimento tenha espaço e amplie em prol de um mundo melhor, particularmente para a comunidade mais carente, como diz Lago (1994), os pobres são os indivíduos que mais sofrem com o impacto ambiental, pois os mesmos não tem acesso ao saneamento básico de qualidade, infraestrutura e



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

alimentação adequada, o que acarreta em doenças, menor expectativa de vida e maior desigualdade social.

Assim sendo, o movimento ecológico trata da luta para favorecer os seres humanos mais empobrecidos pelo modelo econômico capitalista, na busca pela melhoria quanto às desigualdades sociais, as relações entre os seres e a distribuição de maneira justa às riquezas, com o propósito maior, de causar e salvar o planeta da degradação e da poluição da população, pois, de modo algum condiz ter a sociedade justa e igualitária para todos com o planeta doente e inabitável para os seres humanos.

Após todo esse movimento a respeito da temática ambiental, que se iniciou em 1968, na reunião conhecida como Clube de Roma, e se destacou em Conferências Internacionais como a Rio-92 ou Eco-92 e a Rio+10, no ano de 1999 foi promulgada no Brasil a Lei de Educação Ambiental no dia 27 de abril, Lei nº 9.795, que abrange as vertentes gerais sobre todo o contexto de Educação Ambiental e suas diretrizes a ser aplicadas nas instituições escolares, impondo sua obrigatoriedade no ensino formal.

Em quatro capítulos e seus vinte e um artigos, a Lei nº 9.795 define o conceito de Educação Ambiental, faz a discriminação dos princípios básicos, objetivos e ainda determina os direitos da sociedade e deveres do Estado e da família para com essa temática. Para este fim, é citado o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, informa que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família e o Art. 225 da Constituição Federal de 1988, impõe ao poder, pública a obrigatoriedade de defender e preservar o meio ambiente para os presentes e futuras gerações.

É relevante ressaltar que o Art.2º da Lei nº 9.795, trata da transversalidade da Educação Ambiental, que discorre sobre a prática educativa integrada as disciplinas curriculares, de forma contínua e permanente, e em todos os níveis escolares. Assim, a transversalidade trata de temas difundidos nas disciplinas e assuntos que são chamados pelos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais - uma série de cadernos que traçam as diretrizes do ensino formal pátrio) quais se deslocam em diferentes campos do conhecimento.

A legislação da Educação Ambiental no dia 06 de junho de 2012, na qual, foi homologado o Parecer CNE/CP nº 14/2012, o qual tem por objetivo, estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental para serem implementadas nas Instituições de Ensino Básico e de Ensino Superior, esta última, especialmente na graduação de formação de professores. Posto que, ficou sob a responsabilidade dos Conselhos de Educação dos Estados,



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

a natureza e preservação do meio ambiente de forma prioritária. Ademais, os docentes limitam-se à aplicação de aulas com o fim de tratar deste assunto em sala de aula apenas com livros e atividades, o que não proporciona a vivência real aos alunos, prática essa que poderia acarretar no melhor entendimento da temática ambiental por conta da assimilação da teoria e prática.

Segundo os autores acima citados, a distância existente entre as pessoas e o ambiente natural afeta muito as estratégias pedagógicas aplicadas em sala de aula, visto que os professores à margem do contexto natural, não tem o sentimento de ser parte do todo e conseqüentemente não tem influência no agir dos discentes para a iniciativa de reflexão consciente da importância do meio natural. Além disso, percebe-se a ausência de entusiasmo dos docentes para a utilização de novas metodologias, quais poderiam chamar a atenção dos discentes e impactar positivamente a maneira que os mesmos poderiam analisar o meio ambiente.

Conforme Reigota (2017), ao observar a Educação Ambiental, nota-se várias possibilidades metodológicas de aplicação do assunto em sala de aula, e o professor é o mediador que tem o dever de decidir de forma criativa, qual a metodologia que se enquadra melhor nas necessidades de acordo com a realidade imposta. O autor citado não indica aulas expositivas para trabalhar o tema, principalmente se o professor não oportunizar o momento ao aluno para fazer questionamentos, mas complementa ao dizer que as aulas expositivas são melhores que as aulas que os professores fantasiam-se de estudantes para conquistar a simpatia dos discentes, o que impede que o aluno tenha contato com os próprios ideais, vivências e o conhecimento referente a esse assunto.

Reigota (2017) cita as seguintes metodologias:

- a) só o professor ou a professora fala não deixando espaço e tempo para nenhuma outra intervenção que não seja a sua.
- b) os alunos e as alunas fazem experiências, trabalhos, discutem e apresentam suas conclusões e dificuldades encontradas sobre o tema;
- c) os alunos e as alunas aprendem a definição de conceitos e descrevem o que eles puderam observar, por exemplo, em uma excursão ou em um filme que assistiram;
- d) os alunos e as alunas completam a descrição das observações e das intervenções realizadas com os dados e as informações e procuram responder a uma série de questões e dúvidas sobre o tema abordado (REIGOTA, 2017, p. 43).

Para Silva, Silva, Sena e Lima (2018), devido à facilidade tecnológica atual, os estudantes estão diariamente mais conectados às redes virtuais, o que torna complexo o trabalho desempenhado pelos docentes nas disciplinas tradicionais curriculares em aula, e essa dificuldade aumenta exponencialmente quando se trata de refletir sobre a educação ambiental,



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

visto que há considerável desvalorização social referente a esse tema. Por isso, a ecopedagogia propõe uma interdisciplina versátil e reflexiva, na qual os alunos se direcionam ao pensar quanto aos valores morais e de agir, observado que as ações de hoje irão afetar o planeta no futuro. Com base nessa abordagem, Gadotti explica:

Há a necessidade do reconhecimento das formas (vínculos, relações) também como conteúdos. Como essa pedagogia está preocupada com a “promoção da vida”, os conteúdos relacionais, as vivências, as atitudes e os valores, a “prática de pensar a prática” (Paulo Freire) adquirem expressiva relevância. A ecopedagogia defende ainda a valorização da informação e a redução do tempo de trabalho para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade. A ecopedagogia, portanto, é também uma pedagogia da educação multicultural (GADOTTI, 2001, p. 5).

Segundo Gutierrez e Prado (1999), os hábitos de conscientização e cuidado com o meio ambiente são executados nas práticas cotidianas, com o dever estabelecer o método de ensino no qual o docente deve exercitar atividades, mostrar caminhos, orientar, compartilhar e relacionar a teoria com a vivência diária, a fim de tornar processo de aprendizagem didático, assertivo e produtivo. Além disso, para ressaltar as ideologias, foram elaboradas pelos autores sete chaves pedagógicas, as quais são os esclarecimentos dos caminhos a ser percorridos pelos docentes, para a apresentação da aprendizagem que contemple o saber holístico com a realidade.

Agregado às sete chaves, a primeira é denominada “Caminhar com sentido”, a que unicamente tem a função de dar sentido as coisas e a entender o porquê da teoria, o porquê da prática, o porquê de se importar e a responder as interrogações existentes na mente de educadores e educados e assim, desmistificar todas as ações que são feitas sem entender o real sentido do fazer, e com isso o “Caminhar com sentido” se torna uma atribuição de sentimentos, emoções, razões as experiências vividas, o que proporciona em construção e desconstrução do saber relacionado às vivências cotidianas. (GUTIERREZ; PRADO, 1999).

A segunda chave elaborada por Gutierrez e Prado (1999) é “Caminhar em atitude de aprendizagem” ou desenvolver a capacidade do aluno para ambicionar o aprender a aprender, considerado que o próprio educando se dedica a procurar novos meios para facilitar e refinar sua competência intelectual, que possivelmente resultará no desenvolvimento de sentidos, tais como os de intuição, imaginação, invenção, criação, recriação, relacionamento, informação, comunicação, expressão, crítica, avaliação e pensamento holístico.



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

O “Caminhar em diálogo com o entorno” é a terceira chave, e explica sobre a importância do saber falar dos professores, especificamente considerando o tom de voz, o modo de expressão, a postura e principalmente, o saber ouvir. Para Gutierrez e Prado (1999), o diálogo é uma ponte direta entre o educador e o educando, e é através da interlocução que se compartilha as experiências, os ideais, a visão do todo para posteriormente desenvolver os sentimentos de tolerância, respeito e empatia ao próximo.

Gutierrez e Prado (1999) descrevem a quarta chave como “No caminhar, a intuição é prioritária”, a chave descreve a essência do sentir e como isso pode auxiliar no aprendizado do educando em um mundo extremamente tecnológico, com uma sociedade líquida e pessoas agindo no automático. Assim, é afirmada a importância do tentar sentir o que o outro sente e entender os próprios sentimentos, reiterando que as emoções quando percebidas e entendidas, desenvolvem-se atitudes vitais, motivadas, impulsionadas que dão sentido a existência do ser.

A quinta chave é titulada o “Caminhar no processo evolutivo”, na qual, o processo de aprendizagem inicia pelo educador, que de início interioriza o conhecimento estudado e o transforma para posteriormente o exteriorizar, e esse é o processo de produção de conhecimento para avaliar a ordem na prática aplicada em sala de aula. Os autores Gutierrez e Prado (1999) dão como alternativa a elaboração de um caderno de aprendizagem, que é instruído a anotação de reflexões, dos sentimentos, das atividades vinculadas ao processo de aprendizagem, por ser assim, o método de docente avaliar como toda a evolução dos alunos através do “diário” e validar a metodologia utilizada.

O “Caminhar recriando o mundo” é a sexta chave, a qual cabe ao educador incentivar os alunos a aprimorar as capacidades de expressão, criatividade e respeito ao próximo, assim, o que é avaliado nesse item transcende o domínio intelectual do educando sobre as disciplinas estudadas, pois, o aluno é incitado a desenvolver expressões de linguagens quais têm como resultado benéfico com clareza, confiança, coerência e manipulação das diversas formas de linguagem, potencializando aspectos cognitivos e emocionais e desenvolvendo o senso crítico do aluno (GUTIERREZ; PRADO, 1999).

Para finalizar com Gutierrez e Prado (1999), a sétima chave é “Caminhar avaliando o processo”, a qual consiste em aplicar a mesma metodologia do processo de aprendizado para o processo de avaliação, onde o aluno se prepara para a auto avaliação e se vê compreender o desempenho da etapa final, o que trata da consequência do caminho percorrido durante o processo, ao relacionar a nota com o produto da dedicação, ademais o estudante desenvolve-se

para o sentimento de prazer ao elaborar a avaliação, como o artista se sente ao se deparar com a própria obra.

CONCLUSÃO

A educação é o principal pilar da formação pessoal, espiritual e social do ser humano. A educação ambiental é a conscientização da importância do meio ambiente na vida do homem. Por meio da abordagem de compreensão ambiental, as crianças, jovens e adultos conscientizam-se que os recursos naturais não se tratam de uma moeda de troca dos seres pensantes, e que além de servir com todos os recursos, é relevante cuidar, preservar e amar a natureza, com o objetivo de estimular o equilíbrio entre o meio ambiente e o homem, para que não haja ações que possa prejudicar nenhuma das partes.

Devido ao fato de ser aplicada como uma interdisciplina na escola, a Educação Ambiental é necessária para a compreensão de forma transversal às disciplinas tradicionais curriculares, e assim correlacionar assuntos acerca dos cuidados com a natureza e as vivências do cotidiano, para aumentar a capacidade do aluno sobre o entendimento da matéria e reforçar a importância de ser um indivíduo com valores sustentáveis e éticos para com o meio ambiente.

Na busca de alcançar o objetivo de formar cidadãos responsáveis e posteriormente construir uma consciência ética, política, ambiental, moral, social e emocional faz-se necessário a profunda dedicação do docente, pois a transformação se inicia no interior do mediador, que tem a necessidade de vivenciar e praticar a educação ambiental em si para em seguida transferir aos alunos, e assim o professor torna-se o principal responsável para a interiorização da consciência ambiental.

Do mesmo modo, torna-se necessário que os profissionais do meio educacional quais definem-se por diretores, coordenadores, secretários, professores, funcionários em geral, fazer com que seja adotadas práticas para vivenciar dentro e fora da escola. As diretrizes propostas pela educação ambiental, além disso, é necessário para a formação continuada dos professores sobre o tema, para atualizar as metodologias de ensino e construir aulas mais dinâmicas e atrativas, assim o ambiente tornará propício para o completo desenvolvimento e compreensão dos alunos sobre a importância do cuidado com o meio ambiente.

O desafio do professor é claramente o de incentivar o aluno a desenvolver habilidades técnicas e morais através de conteúdos teóricos e exercícios práticos, para o único fim de ampliação da visão do mundo melhor, seja para o atual e posterior futuro dos habitantes do planeta, e com isso o professor trabalha exemplos cotidianos para a assimilação do conteúdo

com desafios que venha a instigar a curiosidade do aluno para a compreensão das diferentes relações entre o homem e o meio ambiente.

Observou-se que na Ecopedagogia, o ato de compreender é mais importante que o ato de saber, e assim, se prioriza a aprendizagem efetiva através do despertar do interesse e da curiosidade dos alunos, no qual os mesmos são levados a pensar e repensar suas ideias, constatações, dúvidas, sugestões e hipóteses, com isso se formam cidadãos mais conscientes, humanos, independentes e altruístas com o próximo e com as causas do planeta.

Notou-se que o objetivo da Ecopedagogia vai além de aspectos econômicos e ecológicos, o foco é inspirar o aluno a compreender o quanto o mesmo tem a capacidade de manter a qualidade de vida no mundo e o quanto as ações dos indivíduos faz a diferença para o planeta, tais essas que podem ser a melhoria de hábitos, o que conseqüentemente levaria à adoção de determinada postura ética, com o outro e com o meio ambiente.

Quando corretamente aplicada, a Ecopedagogia se torna uma aliada na luta contra os problemas ambientais e socioambientais, pois, é proposta em seu conteúdo, uma conscientização legislativa e humanitária, na qual o educando passa a entender a essência do material estudado tornando-se um ser responsável politicamente, socialmente e ecologicamente. Portanto, percebe-se que a Educação Ambiental é o instrumento de mudança social e vê-se que a Ecopedagogia é a prática de ferramentas para a construção de uma sociedade mais sustentável, justa, igualitária e consciente.

REFERÊNCIAS

AVANZI, M. R. **Ecopedagogia In: Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Ministério do Meio Ambiente (Org.) Brasília, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa.** Capítulo VI. Do meio ambiente. Art. 225. Brasília: MEC/SEF, 1988.

_____. Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe a educação ambiental, institui a Política Nacional da Educação Ambiental e dá providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

_____. Parecer CNE/CP nº 14/2012 de 06 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10955-pcp014-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 06 de abril de 2019.

_____. Resolução CNE/CP nº 2/2012 de 15 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Disponível

em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 06 de abril de 2019.

CONFERÊNCIA DE TBILISI. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/conferencia-de-tbilisi-1977/27425>>. Acesso em 27 abr. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Educ. Soc. Campinas, v. 20, n. 68, dez. 1987. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.128.

GADOTTI, M. **Carta da terra**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educacao sustentável**. In: Torres, C.A. (Org.) Paulo Freire y la agenda de la educacion latinoamericana en el siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

GRZEBIELUKA, D.; KUBIAK, I.; SCHILLER, A. M. **Educação Ambiental: A importância deste debate na Educação Infantil**. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/remoa/article/viewFile/14958/pdf>>. Acesso em 30 abr. 2019.

GUTIERREZ, F; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 1999.

LAGO, A; LAGO, J. A. P.; **O que é ecologia**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

LAYRARGUES, P. P. **(Re) Conhecendo a educação ambiental Brasileira**. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, M. A. J. **Ecologia humana**. Petrópolis: Vozes,1984.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental (Primeiros Passos)**. Brasiliense. Edição do Kindle. 1ª edição eBook, 2017.

SILVA, M. M. A.; SILVA, R. B.; SENA, C. A. B.; LIMA, R. R. A. **Práticas ecopedagógicas: promoção de uma educação ambiental transformadora**. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/vivencias/article/view/239745>> Acesso em: 03 de maio de 2019.

Enviado em: 14/01/2024.

Aceito em: 07/02/2024. (Artigo pré-aprovado nas bancas de TCC da UEG UAB 2022/2).